

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE CHAPECÓ-SC (1950 – 2010): UMA VISÃO SOBRE OS IMPACTOS E CONFLITOS URBANOS E AMBIENTAIS

ADROINDUSTRIALIZATION AND URBANIZATION OF CHAPECÓ-SC (1950-2010): A VIEW ABOUT THE URBAN AND ENVIRONMENTAL IMPACTS AND CONFLITS

Janete Facco

Secretaria Municipal de Educação do Município de Chapecó – SC - Brasil

Camila Fujita

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – SC – Brasil

James Luiz Berto

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – SC – Brasil

Resumo: Chapecó é um município do Oeste Catarinense que exerce considerável influência regional, com processo de urbanização associado à intensa atividade agroindustrial, ao longo das últimas décadas. Este artigo trata da crescente urbanização da cidade de Chapecó no decorrer das décadas de 1950 até 2010, ressaltando, em cartogramas, essa expansão ao longo do tempo, com enfoque para os impactos urbanos e ambientais ocorridos, em especial, os conflitos de uso ocorridos então. O presente estudo teve como objetivo compreender esse processo de ocupação urbana, seus motivadores; identificar os principais conflitos de uso do solo que ocorreram e suas implicações, também avaliando a influência que os planos de ocupação territorial tiveram nesse processo, além do contexto histórico, político e econômico. O trabalho teve como base a análise de fotos aéreas da cidade em seis recortes temporais distintos, sendo eles 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000, junto aos arquivos da Prefeitura Municipal de Chapecó/SC. Foi feita a coleta e a análise de dados referentes à aprovação de novos loteamentos e análise dos planos diretores do município. Os resultados demonstram, claramente, que o processo de urbanização de Chapecó foi fortemente influenciado pela instalação das principais indústrias do município, por rodovias e pela primeira universidade instalada na cidade. Constatou-se o avanço da urbanização em algumas ocasiões planejadas e em outras de forma não planejada, via de regra geradora de impactos ambientais, de modo que essa avaliação pudesse fornecer subsídios para reflexões com vistas à ação do poder público e da sociedade, no sentido de se buscar uma ocupação que possibilite equilibrar interesses voltados ao desenvolvimento econômico na cidade, bem como à conservação dos recursos hídricos, que são fundamentais para esse mesmo desenvolvimento e para a qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Urbanização, agroindustrialização, impactos urbanos e ambientais, Chapecó.

Abstract: Chapecó is a city of Catarinense West which has considerable regional influence and whose urbanization process is associated to an intense agroindustrial activity, during the last decades. This article treats the increasing urbanization of Chapecó from 1950 to 2010 decades, highlighting, in cartograms, this expression along the years, focusing the urban and environmental impacts occurred, in special, about the occupation of river system basin of public supply and the conflict of the occurred use. The present study had as objective to comprehend this urban occupation process and, more specifically, as the aim to understand how it occurred, as also how to identify the main conflicts of soil use that occurred in it and its implications, as availing the influence that the occupation territorial plans had in this process, as well the historical, political

and economical context. The work had as base an air photo analysis of the city in six different time cutting, they are: 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 and 2000, together the Municipal Prefecture of Chapecó/SC, file done the also, it was collect of referent data to the approval action of new allotments and analysis of director plans of the city. The results demonstrate, clearly, the urban process of Chapecó was strongly influenced by the installation of the main industries of the city, by roads and by the first university installed in the town. It was found an advance in the urbanization by a non-planned form, providing an evaluation of this urbanization, as reflections to the action of public sector and society in order to find an occupation to balance interests to an economical developing in the city, as to the conservation of water resources, which are fundamentals to the same developing process and to the population quality life.

Key-words: Urbanization; Agroindustrialization; Urban and environmental impacts; Chapecó.

INTRODUÇÃO

A formação e o crescimento de Chapecó estão intimamente ligados ao setor agroindustrial. Chapecó é fortemente influenciada pelas agroindústrias, desde 1950. O desenvolvimento e a expansão agroindustrial têm transformado os espaços, não só da cidade, mas também da região.

Atualmente, com o crescimento do setor agroindustrial, houve também o desenvolvimento do setor terciário, da prestação de serviços e do comércio, o que provoca um grande impacto regional.

Chapecó influencia fortemente a região oeste, destacando-se também nas atividades de comércio e na oferta de equipamentos e serviços. Foi nesse cenário regional que Chapecó ampliou suas bases produtivas não deixando de lado suas características próprias e exclusivas.

Essa é a maior cidade da região Oeste Catarinense, tanto em termos populacionais quanto de influência, possuindo indústrias de grande porte instaladas em sua área. Das mais de 130 indústrias chapecoenses 12 delas são exportadoras e duas estão entre as 600 maiores indústrias brasileiras (Sadia em 63º e Cooperalfa em 511º), segundo Fujita, Alba, Matiello (2009).

O presente estudo teve como objetivo geral compreender o processo de urbanização do Município de Chapecó, no Oeste Catarinense, nos últimos 60 anos, com enfoque para os impactos urbanos e ambientais, em especial os conflitos de usos ocorridos ao longo desse tempo. O estudo traz à baila o papel da agroindustrialização no processo de urbanização, bem como dos planos de desenvolvimento territorial, a partir de uma contextualização histórica, política e econômica.

Para possibilitar a efetivação do objetivo geral, estudou-se a ocupação do espaço urbano na cidade como um todo em seis recortes temporais, sendo eles nos intervalos entre as décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000 até 2010.

Pretende-se com este estudo, mostrar o constante avanço da urbanização em Chapecó – SC e provocar o leitor a realizar algumas reflexões acerca dos problemas que surgem com isso.

Quanto ao material e aos métodos, apresenta-se, a seguir, a explicação de

cada passo da metodologia utilizada para o levantamento de dados e informações, assim como a construção da cartografia utilizada e a construção e sobreposição dos recortes temporais para a análise do avanço da urbanização.

Este artigo se dá em um primeiro momento com um breve relato da urbanização no Brasil e os conflitos socioambientais, sendo feito um recorte, por décadas, de como aconteceu essa urbanização e quais as implicações e alterações no espaço natural das cidades.

A seguir é descrito como ocorreu a consolidação do município de Chapecó – SC, o processo de desenvolvimento urbano, relacionando os fatos mais importantes que ocorreram para a evolução urbana. Discutem-se os avanços da urbanização que aconteceram nas décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 até 2010.

Logo após, são apresentadas as considerações finais sobre a temática e as referências utilizadas nesta pesquisa.

Material e Métodos

Para mostrar como se deu o processo histórico da urbanização de Chapecó - SC, utilizaram-se mapeamentos dos principais fatos que marcaram a ocupação territorial deste espaço geográfico. O trabalho teve como base a análise de fotos aéreas da cidade como um todo, em seis recortes temporais distintos, sendo eles 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000, com polígonos tracejados que se referem à delimitação dos bairros e das áreas urbanizadas, tendo como base a situação em 2010, a qual foi a referência utilizada para todos os mapeamentos.

Uma observação importante sobre a cartografia elaborada por década é o tracejado em azul, o qual delimita a bacia do Lajeado São José que, na década de 1970, passou a ser a bacia de captação de água para abastecimento público. Assim, essa delimitação aparece em todos os mapas elaborados em cada década, tornando possível visualizar o avanço da urbanização sobre o mesmo.

A urbanização no Brasil e os conflitos socioambientais

Santos (1993) salienta que a formação das cidades e sua urbanização estão ligadas às necessidades de expansão do capital, e todas as reestruturações que ocorrem nesse espaço são consequências disso. Pode-se observar esse fenômeno, ao se analisar o processo de urbanização do Brasil, o qual foi permeado, sobretudo, pelas condições sociais, políticas e econômicas existentes ao longo do tempo.

No Brasil Colônia (1500 a 1822), Reis (2000) destaca que o sistema urbano era “fraco”, composto de alguns centros regionais, sob condição de cidades sob domínio da Coroa, complementado por núcleos de menor importância, denominados de vilas, pois não havia interesse que esses núcleos urbanos se desenvolvessem. Essas cidades, primeiramente, foram formadas ao longo do litoral brasileiro, com a chegada dos portugueses, com o propósito de servir puramente

de entreposto para as exportações das matérias-primas aqui existentes. O período, compreendido entre 1822 a 1889, caracterizado como Brasil Império, apresentou uma leve mudança no tocante ao processo de urbanização. Segundo Fujita (2008), a vinda da corte portuguesa ao Brasil provocou um estímulo no incremento qualitativo das cidades aqui existentes, pois uma série de atividades, que antes não existiam, começou a surgir em virtude do estilo de vida da corte, o que também repercutiu em algumas intervenções pontuais, que foram chamadas por Leme (1999) de projetos de embelezamento, nas principais cidades da época.

No período correspondente à República Velha (1889 - 1945) aconteceu o início da consolidação da industrialização nas cidades brasileiras. Devido à expansão industrial, no Brasil, o crescimento das cidades deu-se de forma muito intensa, a partir de 1940. Deste modo, foi na segunda metade do século XX, que o Brasil converteu-se num país urbano, isto é, a população residente em cidades ultrapassou os 50%. Isso, para Sene e Moreira (1999) e diversos outros autores, decorreu em virtude do intenso processo de industrialização instalado no Brasil, a partir da década de cinquenta. Nesse período, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), é que foram implantadas muitas das políticas desenvolvimentistas, o que motivou a aceleração no processo de urbanização, tanto nas maiores cidades como no interior do país também. A gênese do processo de industrialização e urbanização em Chapecó, no Oeste Catarinense, tem origem a partir desse movimento em âmbito nacional.

No tocante ao processo de interiorização da urbanização no país, e de estruturação da economia nacional, regionalmente localizada, o papel do Estado foi fundamental nesse período, tal como será observado na década de 1970 no caso estudado.

Para Alba (2002), a partir do fenômeno generalizado da urbanização, os espaços urbanos desenvolveram, de acordo com sua formação socioeconômica e contexto regional, diferentes identidades, tais como: centros regionais, cidades industriais, entrepostos comerciais, dentre outras. É relevante destacar que a instalação de indústrias ocorria onde havia infraestrutura, oferta de mão de obra e mercado consumidor, o que atraiu muitos migrantes do setor agrícola para os centros urbanos regionais. Isso aconteceu em Chapecó, como poderá ser constatado mais adiante neste trabalho.

Assim, na década de 1960, o processo de urbanização teve um crescimento considerável. Aconteceu um processo de dispersão espacial das cidades para o interior e para a fronteira agrícola, incrementados pelos processos migratórios.

Em 1970, a pesquisa do Censo revelou o crescente e contínuo aumento da população urbana. Essa década foi marcada pelo surgimento expressivo das camadas médias, o que diversificou a divisão social do trabalho nas cidades, fato que se refletiu também numa nova configuração do espaço urbano e no crescimento das metrópoles.

Na década de 1980, ocorreu a efetiva inversão quanto ao local de residência dos brasileiros, quando as cidades passaram a abrigar um número bem maior da população do que o meio rural. Houve nesse período uma verdadeira explosão urbana.

Nas décadas de 1980 e 1990, as cidades brasileiras, de maneira geral, sofreram transformações rápidas ocasionadas pelo acelerado crescimento das mesmas, o que nos faz observar muitos problemas de cunho urbano e ambiental, como a ocupação urbana dispersa e precária em áreas sem infraestrutura e ambientalmente frágeis, a especulação imobiliária e a degradação ambiental, somados à carência de aplicação e fiscalização da legislação vigente e à ausência de políticas públicas eficientes. A lógica capitalista de produção do solo urbano encarece o mercado de terras, relegando grandes parcelas da população carente à ilegalidade que, em geral, não tendo onde morar, são levados a ocupar locais desatendidos e suscetíveis, sob o ponto de vista infraestrutural e ambiental (FUJITA, 2008).

Essa diferenciação socioeconômica acaba, então, por segregar as populações menos privilegiadas no espaço da cidade e, em muitos casos, agravar os conflitos ambientais na mesma, como já dito anteriormente. Nesse sentido, a produção de planos diretores, que determinam os parâmetros de uso, ocupação e construção do solo urbano, através do seu ordenamento territorial, coloca-se como elemento importante na configuração dos padrões de urbanização. A depender dos atores sociais, e seus interesses, envolvidos na formulação e aplicação desses planos, o ordenamento territorial da cidade pode acontecer de modo mais democrático e justo ou não. Dentre avanços e retrocessos, ainda é recorrente o domínio do capital imobiliário em detrimento dos interesses coletivos da população, sobretudo aquela mais necessitada (FUJITA, 2008).

De acordo com Rech (2008), o processo de segregação urbana se torna, então, a lógica de construção das cidades brasileiras de acordo com os interesses do capital, que usam o Estado, através da localização de investimentos e ações públicas, para privilegiar determinadas áreas da cidade, bem como certos grupos privilegiados. Exemplos disso foram observados ao longo do estudo no caso de Chapecó.

Na virada do século XX para o XXI, bem como nos primeiros anos da década de 2000, a urbanização no país tem se apresentado como fenômeno complexo. A inserção subalterna do país na economia mundial e a chegada dos capitais internacionais em locais que ofereçam maiores vantagens competitivas e menores resistências trabalhistas, sobretudo aqueles associados ao agronegócio, têm tornado muito mais complexas as relações campo e cidade (ELIAS, 2007). Decorrente desse processo houve um significativo crescimento, expansão e distribuição das cidades de porte médio no território brasileiro, que passaram a ter importância regional, tal como no caso de Chapecó, enquanto o ritmo de crescimento das metrópoles não alcançou os índices de crescimento esperado, há décadas atrás, muito embora os espaços metropolitanos ainda cresçam bastante e ainda abriguem boa parte da população urbana brasileira (SANTOS, 2005). Assim, concomitante a esse crescimento populacional e econômico, também ocorre o processo de reestruturação territorial, a expansão da urbanização e o aparecimento de contradições e problemas no tecido social e urbano, como a pobreza e a desigualdade social, espalhadas nas precárias condições de moradia e de vida de boa parte da população.

De modo geral, a urbanização brasileira desenvolveu-se de maneira concentradora, ou seja, formou grandes e médias cidades e metrópoles. Uma consequência disso é o aumento cada vez maior do número de moradores nas periferias, cortiços e favelas, sem acesso aos serviços e à infraestrutura de qualidade, seja qual for o porte, a função ou o contexto da cidade. Quando o espaço urbano não oferece oportunidades e qualidade de vida ao conjunto da população, multiplicam-se a pobreza e os problemas urbanos e regionais. A migração do campo para as cidades fez aumentar os índices de desemprego e das atividades do setor terciário informal, tanto nas cidades quanto no campo.

A formação do município de Chapecó – SC

Chapecó é um município do Oeste Catarinense com importante função na rede urbana regional (FUJITA, ALBA, MATIELLO, 2009). Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2010, Chapecó possuía 183.561 habitantes, desses 91,60% vivendo na cidade. Hoje o município de Chapecó possui uma área de 625,40 Km².

A formação territorial de Chapecó está intimamente ligada ao processo sócio-histórico e econômico que constituiu a região Oeste Catarinense. Bavaresco (2006, p. 1) lembra que “os ciclos econômicos pelo qual o Oeste passou: pecuária, erva-mate, madeira e agroindustrial”, foram os mesmos ciclos que ocorreram na extensa área que Chapecó ocupava no início do século XX.

A partir do desenvolvimento capitalista local, expresso através do desenvolvimento agroindustrial e do processo de urbanização acelerado, é possível entender como a cidade se estruturou espacialmente, dividindo socialmente o espaço urbano (RECH, 2008).

A formação territorial de Chapecó possui reflexos de diversas dinâmicas que foram exploradas no passado no que se refere aos problemas urbanos e ambientais atuais. A inserção progressiva da lógica da (re)produção capitalista ao longo do processo histórico observado na região tem promovido impactos socioambientais expressivos, assim como a geração dos problemas urbano-ambientais nas últimas décadas (FUJITA, 2008, p. 180).

Hass (2003) cita que os pinhais rodeavam o pequeno povoado cortado por rios de águas límpidas, chamado Passo dos Índios, quando os primeiros desbravadores chegaram por volta de 1920, para explorar os recursos naturais.

Chapecó, naquela época, com área de 14.053 Km², abrangia o que é hoje a região Oeste Catarinense. A sede do município de Chapecó mudou várias vezes de local, de 1917 a 1931, por razões de ordem política e econômica. Inicialmente, estava situada no Passo Bormann (que na época era conhecida como Passo Carneiro), alternando-se com Xanxerê até que, em 1931, passou para a localidade de Passo dos Índios (BELLANI, 1990), na atual Chapecó.

Em 1931, houve a primeira tentativa de planejar o espaço urbano com o

desenho do traçado das ruas, o que se pode associar com o esboço do primeiro Plano Diretor, famoso por possuir o traçado de malha urbana ortogonal. Com isso, Chapecó ficou conhecida como uma cidade planejada. As ruas foram organizadas e projetadas com um traçado largo, longo e retilíneo, já pensadas para um crescimento futuro.

Sobre o traçado que lembra um tabuleiro de xadrez, proposto em virtude da busca pela uniformidade e regularidade da malha, Zeni (2007) escreve que esse modelo não leva em consideração as alterações de relevo, nem os recursos naturais. Dessa forma, há uma imposição e não adequação da malha urbana sobre os aspectos naturais previamente existentes. Esse traçado ocasionou conflitos de uso e qualidade urbana e ambiental. Assim, é dentro desse conceito de proposta urbana que começaram a ser construídos novos estilos de casas e edifícios planejados para seguir a ordem: Planejamento e Progresso.

Segundo Wagner (2005), os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1937, já mostravam que o município de Chapecó concentrou as maiores e mais diversificadas indústrias de toda região.

As décadas de 1940 e 1950 foram favoráveis ao crescimento de Chapecó, com um intenso aumento demográfico. Para Hass (2003), o crescimento populacional, que se acentuou a partir da década de 40, trouxe para a região, profissionais que começaram a disputar o poder local com a facção política ligada ao comércio da terra e à extração florestal.

Em 1950, Chapecó passou a ter 96.624 habitantes. Apesar do expressivo crescimento da área urbana, Chapecó manteve sua característica rural. Em 1950, a área urbana possuía 2.633 moradores (HASS, 2003, p. 50).

Porém, a imagem de desenvolvimento e progresso que parecia transformar a paisagem da cidade foi contrastada com um episódio contraditório e polêmico, que ficou conhecido como o linchamento¹.

Hass (2003) escreve que o linchamento que aconteceu em Chapecó, na década de 50, atingiu de forma negativa vários setores da sociedade, mas colaborou para uma nova orientação referente ao desenvolvimento regional, inserido num contexto de mudanças estruturais na economia nacional, com a intensificação do processo de industrialização, pois foi nesta década que se inaugurou, no município de Chapecó, o primeiro frigorífico com o objetivo de atrair pessoas para a cidade.

A empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Francisco Bertaso S.A., durante dois anos, após o linchamento, não conseguiu vender um pedaço de terra na região. Este

teria sido um dos motivos para a elite local mobilizar-se em torno da instalação de um frigorífico no lugar, a fim de reativar o fluxo migratório e a economia regional.

Segundo Alba (2002), as agroindústrias foram consideradas o motor básico

¹ O linchamento de quatro pessoas que, segundo pesquisas apontam, eram inocentes, devido à divergências políticas entre grupos opostos na cidade que aconteciam na época. Sobre o Linchamento, ler (HASS, 2003).

da formação do atual espaço urbano de Chapecó. Desde a década de 1950, conforme Rech (2008), a cidade assumia o papel de polo regional, tornando-se referência para os municípios vizinhos; inaugurou sua produção industrial com a empresa Chapecó Alimentos, instalada em 1952 e que logo se tornou uma das maiores indústrias da região. A atividade agroindustrial, principal responsável pelo desenvolvimento econômico de Chapecó, também foi responsável pelo seu processo de urbanização acelerado.

Para Alba (2002, p. 10), no que se refere ao fenômeno da urbanização e industrialização, Chapecó se insere em um processo dialético no que concerne à urbanização brasileira, como mencionado anteriormente.

No final da década de 1950, foram aprovados dois novos loteamentos na cidade de Chapecó, efeito dos investimentos realizados para promover a vinda de pessoas ao município, principalmente para investir no comércio e indústria local, chamarisco de pessoas para trabalhar, morar e pertencer a este espaço geográfico, até então visto com receio devido aos acontecimentos citados anteriormente.

A Figura 1 mostra como ocorreu a ocupação urbana na década de 1950, conforme a legenda, que aponta as áreas habitadas, em tom amarelo, as áreas vazias, representadas pela cor verde e as áreas não consolidadas, isto é, áreas com algumas residências ou mesmo nenhuma, porém que já possuíam ruas abertas o que evidencia indícios de ocupação, na cor vermelha. A linha do traçado que delimita os bairros e o perímetro urbano em 2010 foi utilizada para a elaboração deste traçado. Percebe-se que o espaço habitado delimita apenas o que hoje é a região central da cidade. Uma observação importante sobre esta figura é o tracejado em azul, que delimita a bacia do Lajeado São José que, na década de 1970, passou a ser a bacia de captação de água para abastecimento público.

Segundo Alba (2002), as agroindústrias foram consideradas o motor básico da formação do atual espaço urbano de Chapecó. Zeni (2007, p. 39) relata que é “a partir dos anos 50 e 60, que se registra o estabelecimento das primeiras indústrias de alimentos na região Oeste Catarinense”.

Chapecó, desde a década de 1950, conforme Rech (2008), assumia o papel de polo regional, tornando-se referência para os municípios vizinhos. Nessa época inaugurou sua produção industrial com a empresa Chapecó Alimentos, instalada em 1952 e que logo se tornou uma das maiores indústrias da região. A atividade agroindustrial, principal responsável pelo desenvolvimento econômico de Chapecó, também foi responsável pelo seu processo de urbanização acelerado.

Para Alba (2002, p. 10), no que se refere ao fenômeno da urbanização e industrialização, não só Chapecó sofre alterações no espaço geográfico urbano:

A cidade de Chapecó, localizada na região de um dos maiores complexos agroindustriais do Brasil. A urbanização no Brasil tem passado por profundas modificações. Quando se verifica uma desmetropolização e em contrapartida, um crescimento das médias e novas cidades, não é desprezível ao crescimento populacional e das atividades econômicas de Chapecó e, por conseguinte, do seu espaço geográfico.

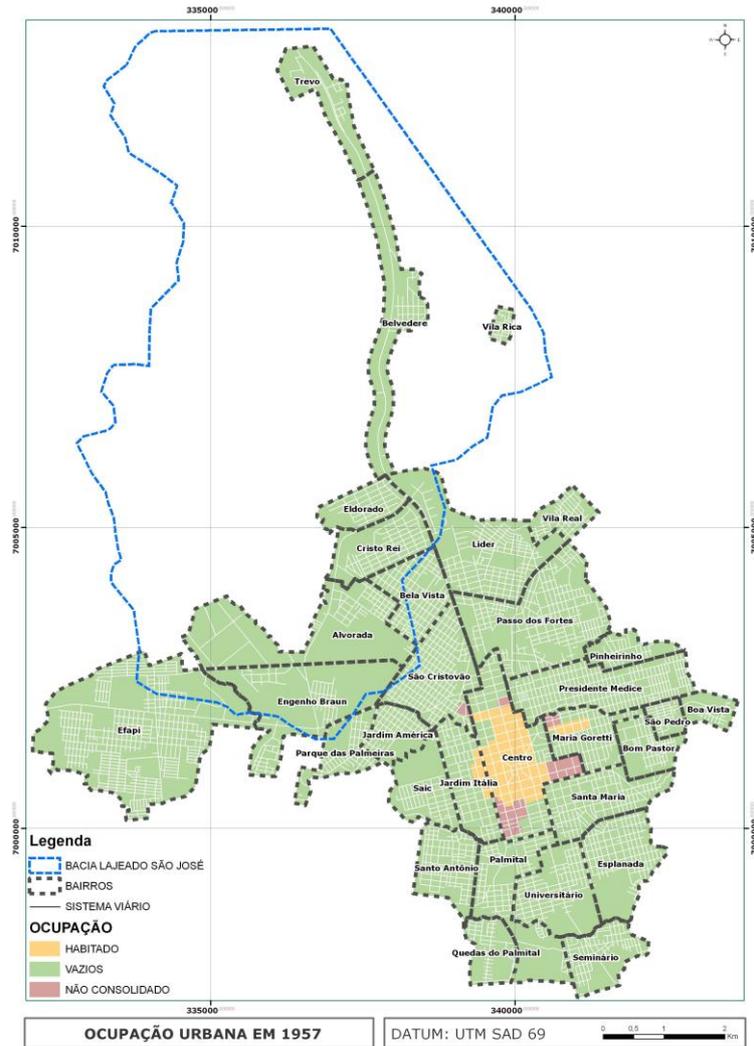


Figura 1 - Mapa da ocupação urbana em Chapecó na década de 1950.
 Fonte: PMC / Edição Júlie M. Engler (2010).

Na década de 1960, conforme Alba (2002), o município de Chapecó apresentava grande importância comercial no Estado. Na época, era marcante a participação comercial de empresas sediadas na cidade, em várias capitais do país e também no exterior. Um importante fato político no desenvolvimento da região ocorreu em 1963, com a implantação, pelo Governo do Estado, da Secretaria de Negócios do Oeste, em Chapecó. Essa instalação aproximou o Governo Estadual dos problemas da região e foi importante para o desenvolvimento das políticas do Governo e de diversas obras na região que tiveram grande impacto no seu desenvolvimento.

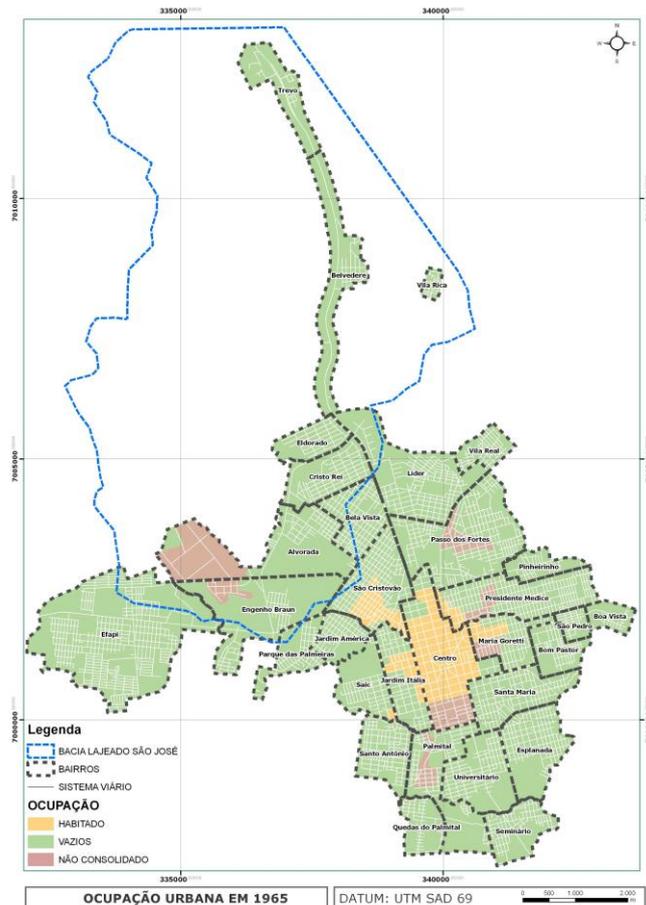


Figura 2 - Mapa da ocupação urbana em Chapecó na década de 1960.
Fonte: PMC / Edição Júlie M. Engler (2010).

Ao longo dessa década, foram aprovados 12 novos loteamentos na cidade de Chapecó. A cidade recebia muitas pessoas que vinham procurar emprego e precisavam morar na cidade, uma vez que os atrativos cresciam, a cidade também. A Figura 2 mostra a ocupação urbana na década de 1960. A área amarela considerada como espaço habitado se acentua nos bairros São Cristóvão, Maria Goretti, Presidente Médice e Jardim Itália. As áreas não consolidadas também aumentam nesta década, especialmente sobre a futura bacia de captação de água para abastecimento público. Através da análise da Figura 2 é possível observar que, em uma década, o avanço da urbanização é fato consolidado em Chapecó – SC, isto é, a ideia de trazer pessoas para o município com vagas de trabalho no frigorífico e em outros segmentos deu certo.

Segundo Zeni (2007, p. 39), “a década de 70 foi marcada pelo considerado ‘desenvolvimento’ através de novas ações oficiais e de incentivos governamentais” Nessa década, os incentivos governamentais federais e estaduais para a implantação de novas empresas se acentuaram e consolidaram o município como a terra das agroindústrias.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a gestão do então prefeito, Altair Wagner (1973-1977), que possuía uma visão futurista de longo prazo, tanto que o Plano de Desenvolvimento Territorial de Chapecó da época

projetou vias para quando a cidade chegasse a 300.000 habitantes.

A década de 1970, segundo Wagner (2005, p. 171), “foi a arrancada do desenvolvimento do município”. O autor aqui citado foi, na época, prefeito de Chapecó, e de acordo com ele, a evolução urbana e populacional nesta década foi destaque na história do município. Muitas transformações, devido à expansão urbana, ocorreram principalmente no espaço da bacia de captação. Também se começou a pensar em um planejamento futuro para a cidade. “No contexto urbano de Chapecó não há como falar de urbanização e de leis urbanas sem que se fale das agroindústrias” (RECH, 2008, p. 44).

Na década de 70 surgiu o 1º Plano de Desenvolvimento Urbano do Município, normalizado por meio da Lei nº 068/74. De pequena Vila de Passo dos Índios, onde todos se conheciam, começa a haver uma acentuada urbanização que foi desencadeada principalmente pela instalação das agroindústrias. É na noção de rentabilidade ligada ao capitalismo que acontece a expansão urbana em Chapecó (ZENI, 2007, p. 43-44).

Sobre o primeiro Plano Urbano de Chapecó de 1974, Rech (2008) diz que ele corresponde a um momento de grandes transformações urbanas, graças ao acelerado crescimento populacional, devido à atratividade das agroindústrias sobre os trabalhadores migrantes do campo e das cidades vizinhas e de um grande crescimento econômico. Ainda referente a este plano, Zeni (2007) ressalta que, em relação ao traçado urbanístico da cidade de Chapecó, esse teve sua origem do plano de um loteamento (1931), produzido pela Empresa Colonizadora Bertaso. O plano de 1974 fazia menção a esse traçado original e adotava-o para estabelecer o ordenamento de uso e de ocupação do solo. Essa legislação estabeleceu regras para o uso e para a ocupação do solo urbano.

Também em 1973, foi destaque a instalação do que viria a ser uma das maiores agroindústrias nacionais, a Sadia S/A Avícola, que passou a funcionar nesse mesmo ano.

Nas décadas de 1970 e 1980 é destacada a presença forte das agroindústrias no processo de estruturação e transformações urbanas no município, principalmente devido ao seu poder de atração de população migrante, resultando em um acelerado processo de urbanização. Nessas décadas são identificados conflitos urbanos, que ainda hoje estão presentes no espaço da cidade, reflexos do rápido crescimento populacional dessas décadas (RECH, 2008, p. 41).

Em meados da década de 1970, importantes obras de infraestrutura foram concretizadas. No ano de 1974, a BR-282 foi inaugurada, sendo a mais extensa rodovia do Oeste Catarinense, fazendo a ligação dessa região com o litoral e com outras importantes rodovias como a BR – 116.

Segundo Zeni (2007), para acelerar o progresso do “celeiro do oeste”, como foi reconhecida a cidade de Chapecó, muitos rios foram modificados e houve diversas ocorrências de desmatamentos, queimadas, lançamento de

agrotóxicos, existência de construções de estradas, atividades agroindustriais, bem como moradias irregulares e muitos resíduos sólidos. Esses foram alguns conflitos urbano-ambientais, identificados no tempo e no espaço.

Os principais conflitos que decorrem do desenvolvimento de uma área urbana sobre os processos hidrológicos estão ligados à forma de ocupação da terra, e também ao aumento das superfícies impermeáveis, em grande parte das bacias, que se localizam próximas às zonas de expansão urbana ou inseridas no perímetro urbano.

No texto do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Chapecó (CHAPECÓ, 1974, p. 22), há trechos onde se percebe o reconhecimento das transformações no espaço urbano, de caráter desenvolvimentista, que estavam ocorrendo na época, com a instalação de equipamentos públicos, além de outros investimentos feitos no espaço urbano:

Recentemente, contudo, esta situação vem sendo modificada. O impulso desenvolvimentista, que vem conhecendo o Oeste Catarinense, veio fazer com que Chapecó se tornasse polo de uma região com altas potencialidades e, conseqüentemente, fosse alvo de investimentos diversos. Estes se traduzem através da dinamização do setor primário (inovações técnicas ligadas à suinocultura), da implantação de novas indústrias (Sadia Avícola, Extrafinos S/A e outras) e de uma série de equipamentos e serviços de natureza administrativa, social e cultural, de interesse regional: Secretaria do Oeste, Hospital Psiquiátrico, Penitenciária Agrícola, Universidade do Oeste, dentre outros. Todos esses investimentos podem ser considerados como importantes fatores modificadores do crescimento físico e da atuação funcional de Chapecó, desde que considerados sua localização e o poder atração que vão exercer sobre as populações regionais (CHAPECÓ, 1974, p. 32).

Para Alba (2002), com a demanda de mercado de diferentes produtos, houve como resposta a implantação de diversas empresas ao longo do processo de desenvolvimento urbano de Chapecó e, por conseguinte, a ação do Estado no sentido de equipar os espaços de infraestrutura necessária, como eletrificação, água, esgoto, ruas e asfalto, bem como outros incentivos de caráter técnico-científico para a estruturação e consolidação dessas indústrias.

As agroindústrias, juntamente com o Estado, tiveram papel importante no desenvolvimento do município, devido à sua grandiosidade econômica e poder de influência sobre a organização da cidade. Rech (2008) afirma que o número de pessoas empregadas no setor alimentício aumentou de 1970 para 1980 mais de quatro vezes. No entanto, não houve a absorção total do enorme contingente de mão de obra migrante, o que resultou nos graves problemas sociais ainda hoje presentes no município (desemprego, subemprego, aparecimento de áreas de ocupação irregular e precária).

Nas décadas de 1970 e 1980, de uma população de 50.117 habitantes, em 70, o município passou para 83.864 habitantes em 80, um crescimento de 67% de uma à outra década. Na área urbana, neste mesmo período, a população passou de 20.591 habitantes para 55.286, o que representou um crescimento de 168%.

Foi uma explosão demográfica e a partir daí a população urbana começou a crescer de forma bem mais acelerada que a rural, mesmo com a diminuição territorial do município, ocasionada pelos desmembramentos. A Tabela 1 adiante mostra, de forma sucinta, o aumento da população urbana no decorrer das décadas.

Surgem, porém, os conflitos urbanos de maneira mais acentuada nessa década, Rech (2008) salienta que a demanda por habitação, cada vez mais intensa, e o não acompanhamento de ações governamentais para minimizar os conflitos resultantes da diferença entre a população absorvida pelas indústrias e a população atraída por elas, provoca o fortalecimento da figura do loteador, que vê, já na década de 1970, a necessidade de moradia para a população de mais baixa renda migrante, como um mercado promissor.

Por outro lado, investimentos de considerável porte, advindos do governo federal, propiciaram a valorização de determinadas porções da área urbana de Chapecó, promovendo sua elitização.

Tabela 1 - População de Chapecó em décadas.

Ano	Total	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%
1940	44.327	4.128	9.31	40.199	90.69
1950	96.604	9.736	10.08	86.868	89.92
1960	52.089	10.939	21	41.150	79.00
*1970	50.117	20.591	41.08	29.526	58.92
1980	83.864	55.286	65.92	28.578	34.08
1991	123.050	96.751	78.62	26.299	21.38
1998	135.884	119.578	88.00	16.306	12.00
2010	183.561	168.159	91.60	15.402	8.40

*Na década de 1970, já haviam desmembrado vários municípios de Chapecó, o que explica a diminuição da população.

Fonte: IBGE e Prefeitura Municipal de Chapecó.

A instalação das agroindústrias transformou não só o urbano do município, mas também o rural pelas novas formas de organização do trabalho, integrando ainda mais as duas partes. Pode-se dizer que o capital em Chapecó encontrou sua forma específica de desenvolver sua cooperação. As agroindústrias, motor das transformações urbanas e rurais do lugar, produziram uma cooperação não só no local da fábrica e dos outros ramos de produção, mas desenvolveram a cooperação entre o rural e o urbano (ALBA, 2002).

Em termos de implantação de infraestrutura urbana fez-se importante destacar que, na década de 70, o município participou do programa das obras do Plano "Comunidade Urbana para Renovação Acelerada" (CURA), do Governo Federal. Essa ação estruturou e valorizou consideravelmente alguns bairros de elite (Jardim Itália, Maria Goretti e Santa Maria) em contraposição aos demais. Ainda hoje percebem-se reflexos dessa valorização pelo contínuo investimento em melhorias que neles se verifica (FUJITA, 2008, p. 158).

A preocupação com a especulação imobiliária e a desigualdade social, bem como com a população, foi registrada na elaboração do Plano Diretor de Chapecó de 1974, conforme segue:

Com efeito, manipulada como mercadoria, a terra comparece ao mercado urbano sem qualquer obediência a critério de crescimento físico racional. Áreas próximas do centro urbanizado aguardam valorização. Parte da população pobre localiza-se a grande distância do centro, levada pelos preços acessíveis (CHAPECÓ, 1974, p. 32).

Em outro trecho, novamente a preocupação fica demonstrada, assim como já nesta época o município se projetava como polo da região, como segue a afirmação:

O problema tende a agravar-se com o próprio progresso da cidade: suas exigências de espaços para praças e para órgãos públicos de toda ordem e especialmente de ordem cultural só poderão aumentar, na medida em que for assumido o seu papel de polo macrorregional; por outro lado, os valores da terra a ser desapropriada para atender a essa demanda inevitável irão aumentando em progressão geométrica em consequência desse mesmo fato (CHAPECÓ, 1974, p. 34).

Mas muito ainda precisava ser feito, pois necessidades básicas da população, como o acesso à água com qualidade, estavam deficientes.

O percentual de casas sem água encanada é elevadíssimo, mesmo nas faixas de renda relativamente alta [...]. O percentual global é de 54% das economias residenciais sem água encanada. Trata-se, porém, de um problema em fase de solução, de vez que acha concluído o projeto da rede hidráulica, devendo em breve ser iniciada a implantação do abastecimento (CHAPECÓ, 1974, p. 193-194).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Chapecó (CHAPECÓ, 1974, p. 33) afirmava que “o processo tenderá a acentuar-se, na medida em que, transformando-se Chapecó em Centro Regional, a expectativa de lucros torna-se cada vez maior para a especulação imobiliária”. Nesse trecho do plano, fica muito clara a preocupação futura em relação ao processo econômico-urbano, a especulação imobiliária e seus aspectos negativos, porém, em termos práticos, o plano ajuda a induzir a indústria e a urbanização, gerando impactos.

No Plano Diretor de 1974, em relação aos problemas ligados à estrutura física urbana, além da ocupação do solo², foram mencionados, os seguintes:

1. Necessidade de ser definido um zoneamento básico das atividades e, em especial, a necessidade de serem indicadas as áreas para a implantação de novas indústrias e, possivelmente, um distrito industrial.

² As principais necessidades levantadas no plano foram a aquisição de áreas urbanas para Distrito Industrial, praças, equipamento social urbano, construção de residências populares, construção de escolas e de centros de bairros, entre outros (CHAPECÓ, 1974).

2. Necessidade de ser complementado um sistema viário básico na zona urbana, a partir da trama urbana existente, permitindo a fácil ligação dos diversos bairros com o centro, entre si e com as novas áreas industriais.

Foram criadas duas áreas industriais – uma tendo por eixo a estrada para São Carlos e a outra, a estrada para Seara. A finalidade desta divisão é permitir que não se crie extrema valorização das terras adjacentes a apenas um Distrito Industrial e também contrabalançar os efeitos que surtiriam de acentuar a excentricidade da área central em relação ao centro demográfico e geográfico da cidade. Será fator de adensamento demográfico também na área urbana ao sul da cidade (CHAPECÓ, 1974, p. 37).

A perspectiva de um grande desenvolvimento do município traz sérias preocupações com o sistema viário. A projeção do mesmo já contemplava o que hoje está sendo chamado de contorno viário oeste e leste, com vias que ligavam em vários locais a cidade a estas vias de acesso. Atualmente está em obras o Contorno Oeste, estando o Contorno Leste ainda aguardando a definição da concessão para início das obras. Esse plano previa ainda um anel viário de contorno para o tráfego pesado, proveniente da BR-282 ao sul, passando pelo Distrito Industrial, assim como estabelecia uma faixa de domínio para ser incorporada à trama viária.

Na década de 70 foram aprovados 54 novos loteamentos na cidade de Chapecó, uma verdadeira transformação no espaço geográfico urbano, o que pode ser observado mais detalhadamente na cartografia desta década que é utilizada nesta pesquisa.

Na Figura 3 é possível observar como ocorreu a ocupação urbana na década de 1970. Lembra-se que foi utilizada a linha do traçado que delimita os bairros e o perímetro urbano em 2010 para a elaboração deste mapa. Os indícios de ocupação futura crescem em todos os quadrantes da cidade. Observa-se que a urbanização se consolida a noroeste da cidade, em direção às instalações das agroindústrias. Também a norte, nas proximidades da BR – 282, há uma sinalização de novo loteamento. A urbanização se consolida dentro da bacia do Lajeado São José, com um aumento significativo das áreas não consolidadas em todas as regiões da cidade. Isso comprova o que foi descrito até aqui sobre os acontecimentos na década de 1970 que alavancaram de vez a urbanização.

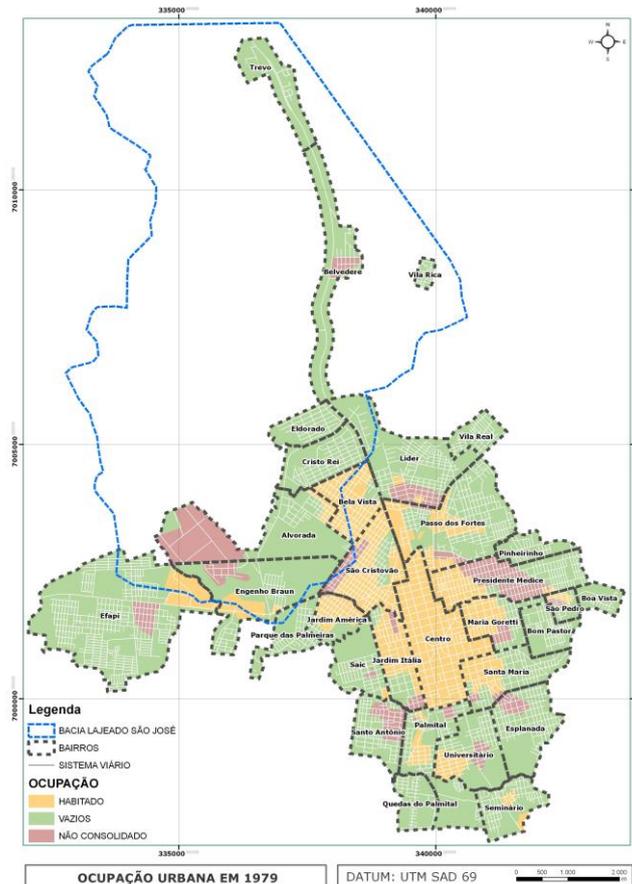


Figura 3- Mapa da ocupação urbana em Chapecó na década de 1970.
Fonte: PMC / Edição Júlie M. Engler (2010).

A década de 1980 continuou com a expansão do espaço urbano, uma vez que nessa década continuou a intensa migração do meio rural para o urbano (também das cidades menores do Oeste para Chapecó), por conta da busca de emprego, principalmente nas agroindústrias, pois, segundo Alba (2002, p. 138), “neste período foi significativo o desenvolvimento de diversas empresas ligadas ao setor industrial, contribuindo com a formação socioespacial de Chapecó”. A oferta de empregos nas agroindústrias continua como atrativo de mão de obra, trazendo pessoas com perspectivas de uma vida melhor.

Como consequência desse processo, a urbanização tendeu a ocorrer com maior intensidade em torno da instalação das agroindústrias. Além de grande parte dos funcionários morar próximo ao local de trabalho, ali se formou uma cadeia produtiva, principalmente em torno das vias dessas cadeias, onde se implantaram empresas que prestavam serviços aos frigoríficos.

Alba (2002) também cita o exemplo do desenvolvimento das empresas fabricantes de máquinas frigoríficas, a partir do ano de 1985, período em que os frigoríficos começaram a implantar uma nova forma de gerir seus negócios.

Para o desenvolvimento de Chapecó, novas empresas surgem diante do processo de terceirização das empresas frigoríficas, bem como uma série de novos serviços e empresas comerciais que surgem com o objetivo de atender à demanda criada pelo próprio processo evolutivo do lugar, de acordo com Alba (2002).

Como resposta à inserção dessas empresas, diversos loteamentos próximos às agroindústrias surgiram, a partir da década de 1980, e que na época localizavam-se nas mediações da malha urbana, de modo que têm recebido populações operárias.

Segundo Fujita (2008), o crescimento dos loteamentos destinados à camada popular foi acompanhado, também, pela ocupação de áreas ambientalmente frágeis, por parte de populações carentes e segregadas socialmente advindas da migração e da exclusão do mercado de trabalho.

De acordo com Rech (2008), a área oeste da cidade, caracterizada por abranger uma população de baixa renda, é interligada às áreas centrais por uma única via (devido a limitações ambientais e à presença de grandes vazios urbanos) que precisava comportar o tráfego pesado das indústrias, o tráfego leve da população residente nessa área, além do deslocamento diário intenso de estudantes da Universidade que, no final da década de 70 havia sido implantada nessa região, gerando diversos conflitos, inclusive ambientais.

No decorrer da década de 80, foram implantados 51 novos loteamentos, conforme dados obtidos na Prefeitura Municipal de Chapecó, o que pode ser observado na cartografia utilizada neste trabalho, quando se fez a análise da evolução urbana por década, sendo que esses números se confirmam nas imagens que evidenciam a ocorrência dessas transformações no espaço geográfico urbano.

A Figura 4 mostra a ocupação urbana na década de 1980, sendo possível observar um aumento significativo das áreas habitadas, em amarelo; principalmente a noroeste da cidade, os espaços vazios (verdes) diminuíram em relação às décadas anteriores. Na bacia do Lajeado São José observa-se um aumento significativo da ocupação urbana. Nessa década, observa-se que as futuras ocupações (vermelho) localizam-se mais a sudeste da cidade.

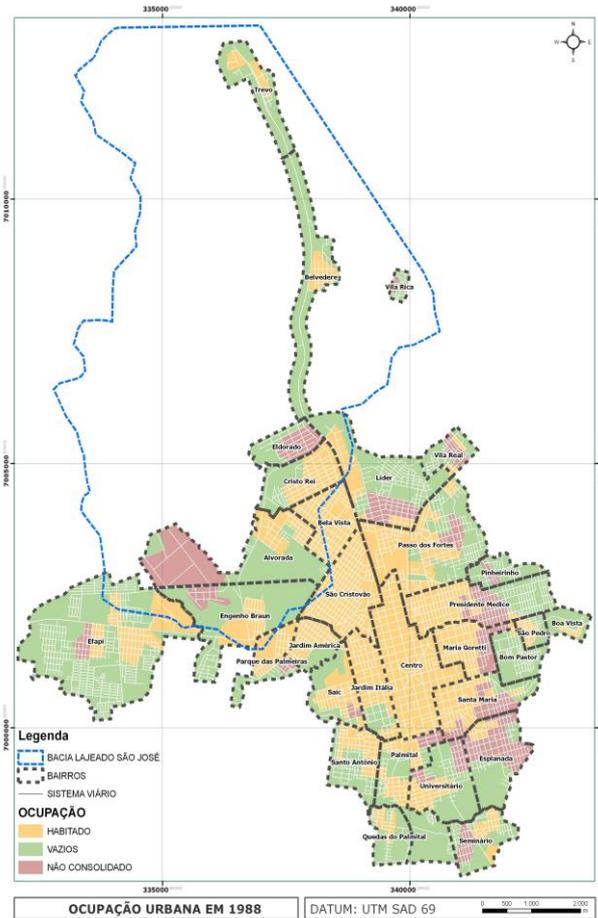


Figura 4 - Mapa da ocupação urbana em Chapecó na década de 1980.
 Fonte: PMC / Edição Júlie M. Engler (2010).

Em 1990 foi proposto um novo Plano Diretor (Plano Diretor Físico Territorial) de Chapecó, normatizado pela Lei Complementar nº 04, de 31/05/1990, que, conforme Zeni (2007), apresentou os códigos de: diretrizes urbanísticas, posturas, relativos ao meio ambiente, parcelamento do solo urbano, sistema viário, zoneamento e o código de obras.

A Figura 5 mostra como ocorreu a ocupação urbana na década de 1990. Diminuíram, em relação à décadas passadas, as áreas não consolidadas, isto é, de futura ocupação dentro da linha tracejada que delimita o espaço urbano. Nesta figura fica claro a consolidação da urbanização em todos os espaços, inclusive na bacia de captação de água para abastecimento público. Há poucos espaços vazios nesta figura.

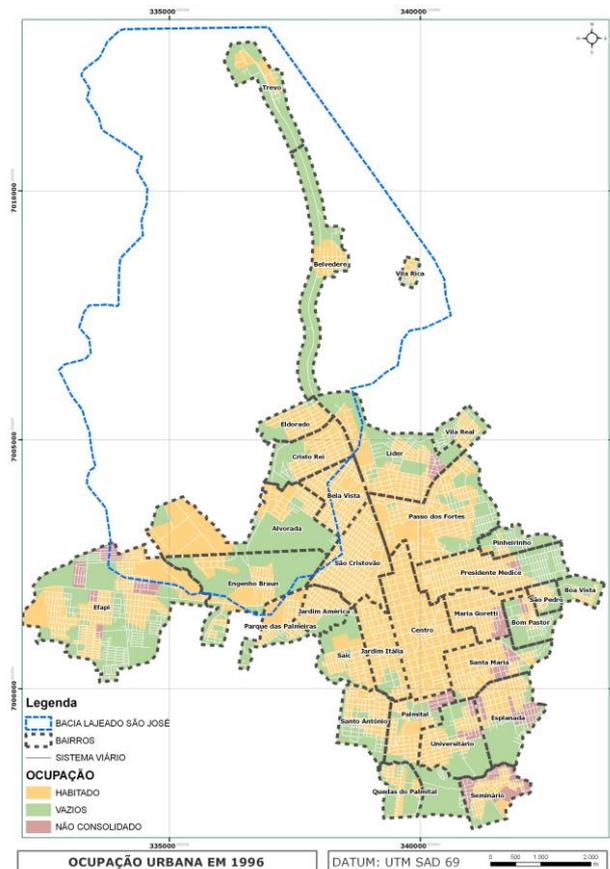


Figura 5 - Mapa da ocupação urbana em Chapecó na década de 1990.
 Fonte: PMC / Edição Júlie M. Engler (2010).

Na década de 1990, a municipalidade de Chapecó oficializou mais 40 novos loteamentos, ampliando ainda mais o perímetro urbano da cidade.

Segundo Alba (2002), em 1995, no município de Chapecó havia 456 empresas industriais, 5.562 estabelecimentos comerciais e 7.519 empresas prestadoras de serviços. Já no ano de 1998 estavam registradas no município 560 indústrias, 6.450 estabelecimentos comerciais e 8.856 empresas prestadoras de serviços, o que comprova que, apesar dos problemas econômicos e da crise nacional, em Chapecó, houve crescimento.

Ainda sobre o espaço geográfico urbano, neste período, Zeni (2007, p. 40) escreve que:

Os fatores mais importantes neste ambiente urbano foram os impactos ambientais junto às bacias hidrográficas que estão associados, principalmente, à impermeabilização do solo, tais como: a retirada da vegetação, falta de áreas públicas de lazer, áreas verdes com esse fim, traçado de ruas em forma de tabuleiros, ou seja, xadrez, causando assoreamento de sedimentos, canalização dos córregos centrais, soterramento das nascentes e cursos d'água através do movimento do solo.

Na chegada do século XXI, Chapecó contava com 134.592 habitantes na

cidade e 146.967 no total de habitantes, sendo, em 2010, divulgado pelo IBGE uma população urbana de 168.159 e total de 183.561.

Entre os anos de 2000 até 2009, foram aprovados 52 novos loteamentos na cidade de Chapecó. Em termos de legislação, durante a sua história, Chapecó teve três Planos Diretores, como já comentado: Plano de Desenvolvimento Urbano 1974, Plano Diretor Físico-Territorial de 1990 e Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de 2004, revisado em 2007.

Em 06 de janeiro de 2004, foi instituído o atual Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó – PDDTC, através da Lei Complementar nº 202, que foi revisado em 2006/2007, com a legislação urbana em vigência. Esse foi considerado um plano inovador, pois contou com a participação popular, seguindo os preceitos do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), que estabelece as diretrizes gerais da política urbana recente.

O plano diretor de 2004 estrutura-se através de princípios, estratégias e programas, que reconhecem a importância dos recursos naturais, bem como os conflitos de uso do solo que ocorrem em áreas de interesse ambiental, tal como a bacia de abastecimento, de modo que propunha, em seu formato original, um ordenamento territorial, até certo ponto condizente com essa orientação, o qual buscava algumas conciliações entre os interesses de conservação ambiental e aqueles econômicos. Porém, devido a mudanças político-partidárias, em 2007 foi aprovada uma revisão que, de modo generalizado, diminuiu todos os parâmetros urbanísticos que visavam a alguma proteção nas áreas de interesse ambiental, denotando a prevalência dos interesses associados ao mercado de capitais imobiliários (FUJITA, 2008).

A intensificação da ocupação das áreas com infraestrutura ainda é uma meta a ser alcançada, pois a cidade hoje ainda se estrutura com a presença de vazios urbanos que oneram a população com custos urbanos e aumentam a exclusão, sobretudo por conta da especulação imobiliária (FUJITA, 2008). Isso denota que o plano não foi eficiente em coibir a especulação imobiliária.

Todavia, Fujita (2008), sobre o PDDTC 2004, acredita que, mediante a participação da população nos debates em torno das questões urbano-ambientais em Chapecó, ficou evidenciado que tais conflitos, apesar de não terem o poder de operar *per se* transformações estruturais que concretizem as mudanças esperadas, configuram-se como categoria de investigação pertinente à compreensão dialógica dos fatores e atores e a seus interesses e processos envolvidos em tais questões. Além disso, conforme Fujita, essa participação oportuniza meios de articulação para a atuação da sociedade.

Na revisão do PDDTC, em 2007, também houve a redução da faixa não edificante às margens dos córregos no solo urbano de Chapecó de 30 para 15 metros. Esta reformulação na legislação municipal ocasionou muita polêmica entre estudiosos e ambientalistas, mas, principalmente, entre representantes do setor imobiliário que conseguiram fazer pressão a ponto de conseguir essa regulamentação.

Em Chapecó foi firmado um termo de compromisso de ajustamento de

condutas por diversas entidades públicas ambientais (FUNDEMA – Fundação Municipal do Meio Ambiente, Secretaria de Pesquisa e Planejamento, Câmara Municipal de Vereadores, Procuradoria do Município de Chapecó, FATMA, Polícia Ambiental e Ministério Público). O intuito do termo foi a diminuição da faixa de 30 metros nas margens dos cursos d'água (Código Florestal Lei nº 4.771/65) obrigando área que não poderá ter edificações, 15 metros para os cursos d'água com menos de dez metros de largura, conforme prevê o PDDTC. A mudança aconteceu baseada na Lei Federal nº 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do solo Urbano, sendo que alguns aspectos desta lei foram modificados pela Lei nº 9.785/99 (ZENI, 2007, p. 49).

A Lei nº 429/2010, aprovada em dezembro de 2010, regulamenta o uso e a ocupação do solo na Macroárea da Bacia de Captação de Água Potável do Lajeado São José – MBCAP, aprovada em dezembro de 2010, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial, por unanimidade, e também pela Câmara de Vereadores. Essa lei gerou muita polêmica, pois os proprietários e o setor imobiliário não concordaram com os índices construtivos e tamanhos de lotes que a lei impôs. No entanto, apesar de determinar/estabelecer restrições ao uso na forma de ocupar, há que se considerar que a lei acaba legitimando a ocupação e incentivando a mesma em toda área da bacia.

Como colocam Costa e Braga (2000), a forma pela qual os recursos são utilizados, seguindo a lógica da valorização do capital no espaço urbano, acaba por refletir diretamente sobre a qualidade de vida das populações e do espaço urbano em questão, retificando e reproduzindo desigualdades, conflitos e contradições.

Existe em toda política ambiental urbana uma tensão entre a garantia de acesso coletivo, público, aos recursos e os objetivos econômicos privados. Embora não se possa reduzir todo o conflito de interesses no campo ambiental urbano a este aspecto, esta é a tensão principal em torno da qual se originam uma miríade de conflitos sociais e políticos nos quais é reconhecida uma dimensão ambiental. Dentre tais conflitos destacam-se aqueles relacionados à ocupação do solo (COSTA; BRAGA, 2000, p. 5).

Em 2010, até o mês de setembro, foram aprovados 6 novos loteamentos na cidade de Chapecó, que podem ser observados no mapa da evolução urbana da década de 2000. No final de 2010, Chapecó possuía 213 loteamentos, conforme levantamento feito junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Chapecó, os quais foram formados desde 1950. Apesar da aprovação desses 213 loteamentos, Chapecó ainda possui problemas relacionados à urbanização em áreas irregulares. Sobre isso, Zeni (2007, p. 50) destaca:

Segundo a Prefeitura Municipal, existem mais de 3.800 lotes necessitando serem regularizados, esse é um dos grandes conflitos sociais urbanos, pois em locais onde atualmente incide a lei de preservação permanente, no item quanto a faixa de domínio dos rios. Grande parte destas edificações estão nestes locais há anos, muito anterior a legislação de 1965 (Código Florestal).

No mês de setembro de 2010, existiam 41 loteamentos em tramitação no setor de Aprovação de Projetos da Prefeitura, sendo analisados por uma equipe técnica que libera ou solicita adequações para aprovar estes novos loteamentos. Isso pode ser considerado reflexo das facilidades aos financiamentos, ao aumento do poder aquisitivo da população chapecoense, bem como a instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS que desencadeou mais um processo de migração de pessoas para trabalhar e estudar neste espaço. Outro fator que explica este número de loteamentos que estavam em análise a partir de setembro de 2010 é a abertura dos contornos oeste em construção e o leste em processo para licitação, além das obras de ampliação da rodovia de acesso à cidade, fazendo com que os loteadores se antecipem e garantam as vendas nesses locais propícios para moradia, mas principalmente para implantação de empresas.

Na Figura 6 observa-se a localização dos novos loteamentos, bem como se visualiza todo perímetro urbanizado com a delimitação da bacia do manancial do lajeado São José, onde pode ser observado o espaço ocupado, os vazios e os de ocupação futura. Percebe-se que os novos loteamentos já ultrapassaram o tracejado que se refere ao perímetro urbano em 2010, se apresentando de maneira dispersa, o que indica aumento na expansão urbana mais afastada do centro da cidade. Principalmente onde está se instalando a UFFS e as obras do contorno viário oeste.

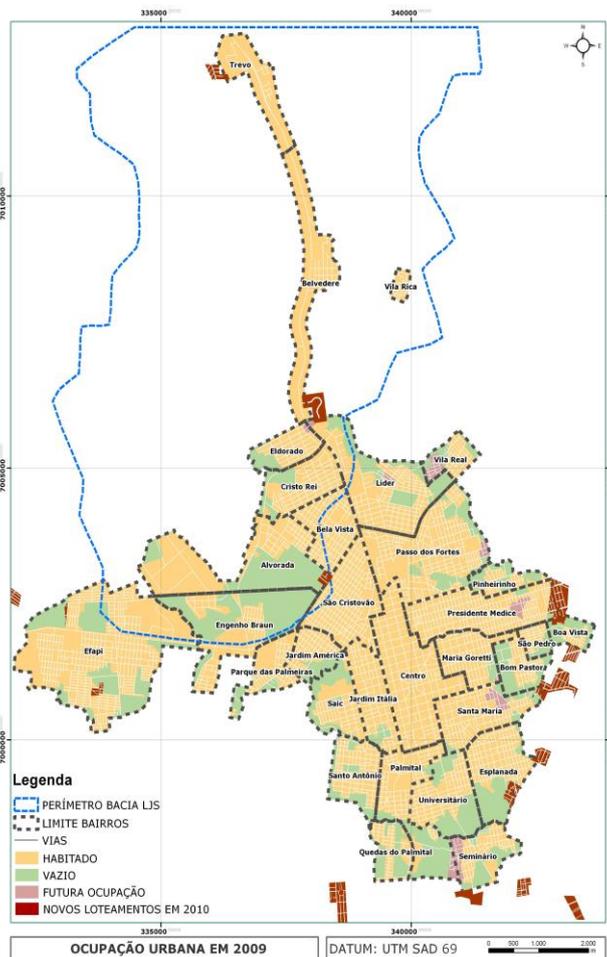


Figura 6 - Mapa da ocupação urbana de Chapecó em 2009 com os novos loteamentos em

destaque.

Fonte: Base de dados PMC / Elaboração Júlie M. Engler (2010).

De acordo com os novos loteamentos criados por décadas, percebe-se como se deu o avanço da urbanização na cidade de Chapecó, conforme segue.

Tabela 2: Evolução na implantação de loteamentos

Década	Loteamentos
1950	2
1960	12
1970	54
1980	51
1990	40
2000	52
Até set/2010	6
Em tramitação set/2010	41

Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Chapecó

Expansão da urbanização em Chapecó e sua morfologia

Por meio da sobreposição das cartografias foi possível verificar a expansão urbana elaborada a partir de seis recortes temporais. Assim, pode-se visualizar a forma de crescimento do núcleo urbano de Chapecó (Figura 7). É importante ressaltar que essa sobreposição de imagens representa apenas os espaços efetivamente habitados, durante as décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000.

Uma das manifestações claras, em relação à geografia do local, fica por conta da área a sudoeste da cidade de Chapecó, que teve seu processo de ocupação limitado pelas características do relevo, recebendo, até por isso, o antigo “lixão” do município, assim como a estação de tratamento de esgoto. Porém, no momento, está em construção ali o contorno viário interno oeste que, apesar do relevo acidentado, certamente trará diversos impactos urbanos e ambientais.

Na década de 1950, apenas a região central da cidade e uma pequena porção situada no Bairro Maria Goretti estavam habitadas. Porém a partir de década de 1960 nota-se uma expansão maior da cidade no sentido Noroeste e Norte, por influência da industrialização inicial. Nas décadas de 1970, 1980 e 1980, apesar de um predomínio do crescimento nos mesmos sentidos, observa-se a expansão em diversas direções, com destaque para os espaços habitados entre o norte e oeste da cidade, porém limitada no sentido sudoeste, pois, como dito, a cidade se aproxima do seu limite de expansão em função da alta declividade dos terrenos, a partir dos limites do bairro SAIC e Santo Antônio, como já falado anteriormente.

Em especial, na década de 1990, nota-se um predomínio da expansão no

sentido norte-oeste (Bairro Efapi, Alvorada e Eldorado III), onde se localizam a bacia de captação de água para abastecimento público, as principais agroindústrias e os bairros operários. A década de 2000 apresentou novamente o destaque em relação ao crescimento do espaço habitado na área urbana ao oeste-norte do Município até o Bairro Trevo, que se encontra quase totalmente habitado e na região do Bairro Efapi. Nas outras direções também houve aumento do espaço habitado em relação aos atuais limites divisórios dos bairros, que formam a área urbana.

A partir de 2006/2007 (revisão do PDDTC), o centro e outras regiões da cidade de Chapecó começam a apresentar uma verticalização maior. Porém, isso não impediu o espraiamento de novos loteamentos em todas as direções da periferia da cidade, com a criação de novos vazios urbanos.

Os motivos apontados para que a expansão da cidade ocorresse nos sentidos Oeste e Norte são as vias de acesso ao município (acesso à BR-282 e à SC-283), a presença de indústrias (principalmente as agroindústrias como Aurora, Sadia e o Frigorífico Bondio – limites com Guatambu) e a própria universidade (UNOCHAPECÓ).

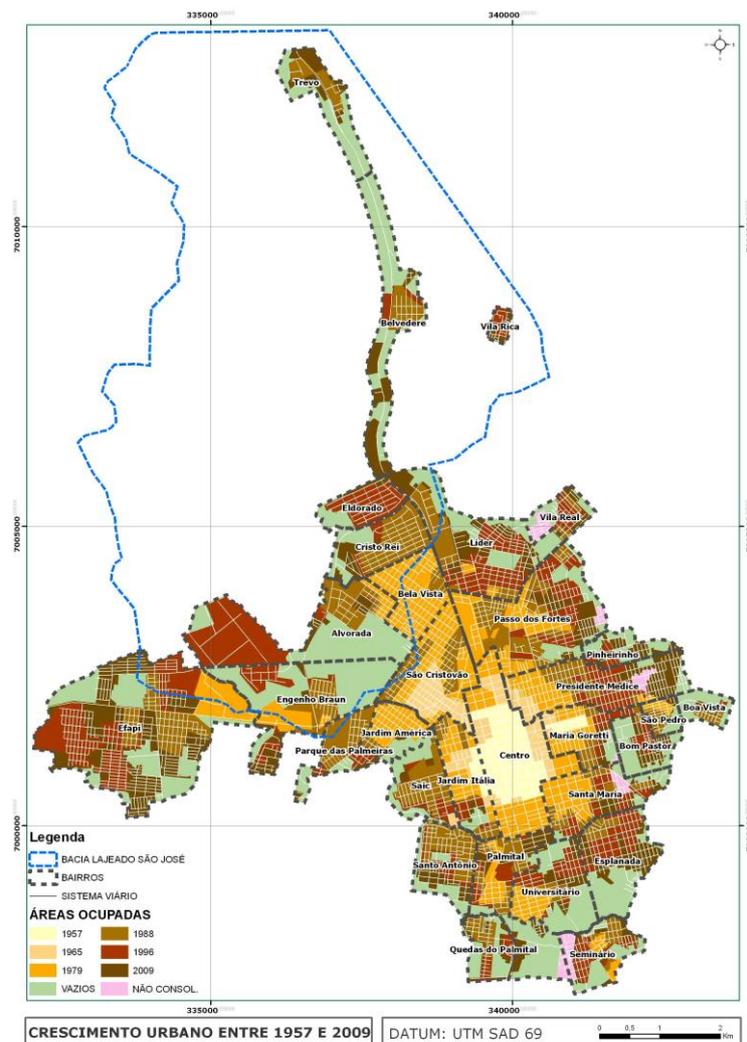


Figura 7 - Mapas sobrepostos do crescimento urbano de 1957 a 2009.

Fonte: Base PMC / Elaboração Júlie M. Engler (2010).

Assim, percebe-se que a urbanização deu-se com maior ênfase para oeste e norte da cidade, durante todas as décadas, onde se localiza a bacia de captação de água para abastecimento público. Isso se deve, principalmente, à instalação de indústrias e também dos acessos de entrada e saída da cidade, como mencionado. Muitos loteamentos e bairros surgiram na bacia do Lajeado São José, dada a necessidade de moradias para os funcionários dessa e de outras indústrias próximas, que ali se instalaram a fim de não depender de transporte coletivo. Porém, associa-se ao fato, a omissão do poder público quanto ao enfrentamento das desigualdades socioespaciais pela ausência de políticas públicas voltadas à questão da moradia e da qualidade ambiental.

Conclusões

Em relação ao processo de urbanização de Chapecó, reforça-se a importância da agroindustrialização para tal crescimento, bem como dos agentes associados ao capital imobiliário e a influência dos planos diretores no decorrer das décadas. Isso tudo gerou uma série de impactos e conflitos sociais e ambientais no espaço, que continuam a ocorrer devido à expansão urbana que avança em todos os quadrantes da cidade. Desse modo, provavelmente esses impactos e conflitos continuarão a ocorrer.

Conclui-se que a urbanização deu-se com maior ênfase para oeste e norte da cidade, durante todas as décadas, exatamente onde se localiza a bacia de captação de água para abastecimento público. Isso se deve, principalmente, à instalação de indústrias e também dos acessos de entrada e de saída da cidade a norte e a oeste, bem como de equipamentos para a universidade.

As décadas de 1970 e 1980 foram as de maior crescimento da mancha urbanizada em toda a área urbana de Chapecó. Foram nessas décadas que aconteceram as maiores transformações urbanas, seja com a implantação de novos loteamentos, vias, empresas, seja com a implementação de obras para suprir as necessidades que o crescimento provocou.

Se por um lado o acesso aos recursos hídricos, fator de valia no quesito locacional para a instalação das agroindústrias, tem permitido a expansão produtiva e o crescimento econômico da cidade, por outro lado a urbanização rápida e precária e seus impactos ambientais diretos e indiretos têm cobrado um alto preço, de modo a ameaçar inclusive a permanência do setor industrial na cidade pelo comprometimento da qualidade e quantidade de água para a produção. Relegar a resolução dos impactos, impasses e constrangimentos gerados por esse crescimento tão somente à iniciativa privada deixa um déficit cumulativo de problemas sociais e ambientais que vai se tornando cada vez mais complexo.

Nesse caso, reitera-se a importância do poder público e das políticas públicas em seu papel de mediador, proativo e promotor dos interesses coletivos, a fim de minimizar tais impactos.

Os planos diretores, que Chapecó já teve, tentaram ordenar e

planejar o uso e a ocupação do solo no espaço urbano, mas observa-se que nem sempre foram efetivamente respeitados ou primaram pelos interesses mais amplos da sociedade. A urbanização na bacia de captação de água para abastecimento da população, com ou sem anuência do poder público, é prova disso. Situações diversas demonstram os limites e algumas possibilidades que os planos diretores oferecem, a fim de constituir um instrumento de gestão urbana e ambiental democrática.

Mesmo reconhecendo dinâmicas da produção capitalista do solo urbano, em alguns casos, nem sempre os planos oferecem soluções adequadas aos problemas da cidade, ainda mais se não for associado a uma gestão condizente e transparente na prática. O Plano Diretor de 1974, por exemplo, induziu o crescimento, apesar de ter demonstrado preocupação com as suas consequências. Já o Plano Diretor de 1990 propôs um ordenamento dos espaços, mas sem preocupação ambiental e social efetiva, não reconhecendo os conflitos urbanos e ambientais existentes.

Quanto ao crescimento das áreas urbanizadas que compõem o espaço urbano atual de Chapecó, percebeu-se que isso ocorreu de maneira um pouco mais cautelosa no decorrer das décadas de 1990 e 2000. Na década de 1990, houve a influência da abertura macroeconômica ocorrida no país, da instituição do Plano Real, o que provocou impactos nas empresas e na sociedade. Já na década de 2000, a formulação do PDDTC tentou regram o processo de urbanização na cidade até a revisão desse plano, em 2006/2007.

O Plano Diretor de 2004, por sua vez, reconheceu as áreas de conflitos e estabeleceu parâmetros mais restritos, o que teve o papel de ordenar e retrain um pouco mais o processo de urbanização. Porém, a revisão do Plano Diretor em 2006/2007, que está em vigência ainda hoje, amplia as áreas para construção em todos os locais, demonstrando, nesse caso, a convivência do poder público e com o setor privado, deixando a esse último o papel de condutor da urbanização da cidade.

A especulação imobiliária em Chapecó teve início na década de 1970 e esteve atrelada às agroindústrias. Em 2010, com a aprovação da lei (Lei 429/2010) que trata do uso e da ocupação do solo na bacia do Lajeado São José, muito embora se argumente que um ordenamento possa ser estabelecido, também há a liberação da urbanização em toda a área da bacia, o que poderá implicar ainda mais qualidade e quantidade da água que abastece a cidade. O problema da falta de água para a população continua sem solução e, a curto e médio prazos, para as indústrias também.

REFERÊNCIAS

ALBA, Rosa S. *Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó*. Chapecó: Argos, 2002.

BAPTISTON, Antonio Fernando. *Processos decisórios e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial de Chapecó Santa Catarina*. (Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Geografia, Gestão Ambiental Municipal e Regional) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó, 2007.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. *Colonização do Extremo Oeste Catarinense: contribuições para a história campestre da América Latina*. Artigo apresentado no doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdalasru2006>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

BELLANI, Eli Maria. *Santos Marinho e Passos Maia: a política no Velho Chapecó (1917-1931)*. Chapecó: Litoprint Editora, 1990.

BRASIL. Resolução nº 357 do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Dispõe sobre a classificação dos cursos de água e dá outras providências. Brasília, 2005.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. Diário Oficial, Brasília.

_____. Lei nº 2.603 de 27 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente. Brasília, 1984.

_____. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Dispõe sobre o Código Florestal Brasileiro. Brasília, 1965.

CHAPECÓ. Lei Complementar nº 429 de 2010. Regulamenta o uso e a ocupação do solo na Macroárea da Bacia de Captação de Água Potável do Lajeado São José – MBCAP e dá outras providências. Chapecó, 2010.

_____. Lei Complementar nº 317 de 2007. Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó – PDDTC revisado. Chapecó, 2007.

_____. Lei Complementar nº 202 de 2004. Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó – PDDTC. Chapecó, 2004.

_____. Lei Complementar nº 04 de 31 de maio de 1990. Plano Diretor Físico-Territorial de Chapecó. Chapecó, 1990.

_____. Lei Municipal nº 2.603 de 27 de agosto de 1984. Legislação Ambiental de Chapecó. Chapecó, 1984.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Chapecó de 1974. Chapecó, 1974.

COSTA, Heloisa S. de M.; BRAGA, Tânia M. *Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental*. X Seminário sobre

economia Mineira, 2000. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>. Acesso em: 3 jan. 2011.

ELIAS, D. Fronteiras em mutação no Brasil agrícola. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (orgs.). *O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo: mutações, tensões e desafios*. Salvador: EDUFBA, 2007. pg. 135-151.

FUJITA, C.; ALBA, R.; MATIELLO, A.M. Rede de polo e micropolos regionais no oeste catarinense. *Redes*. Santa Cruz do Sul, v. 14, pg. 53-59, maio/ago. 2009.

FUJITA, Camila. *Dilema urbano-ambiental na formação do território brasileiro: desafios ao planejamento urbano no Brasil*. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUUSP, São Paulo, 2008.

HASS, Mônica. *O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956*. ed. rev. Chapecó: Argos, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

LEME, M.C.S. A Formação do Pensamento Urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: _____ *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAU-USP; FUPAM, 1999. p. 20-38.

MEMORIAL DESCRITIVO do Loteamento Belvedere. 22/12/1977. Arquivos da Prefeitura Municipal de Chapecó.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. Secretaria de Habitação, Secretaria de Planejamento – Setores de Aprovação de Projetos, Geoprocessamento e Tributos. Chapecó, 2010.

RECH, Daniella. *Leis e planos urbanos na produção da cidade: o caso de Chapecó, SC*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2008.

REIS, N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. 2 ed. São Paulo: Pini, 2000.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, v. 5., 2005.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Waldemir Lima dos. *O processo de urbanização e impactos ambientais em bacias hidrográficas: o caso do Igarapé Judia-Acre-Brasil*. 163 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2005.

URBANIZAÇÃO NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2009; 15 fev. 2010; 25 jul. 2010; 23 set. 2010.

WAGNER, Altair. E... *Chapecó levantou vôo*. Florianópolis: De Letra, 2005.

ZENI, Vera L. F. *Desenvolvimento de cenários visando a mitigação de impactos ambientais em rios urbanizados: o caso do rio Passo dos Índios – Chapecó – SC*. (Dissertação Mestrado) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó, 2007.

Janete Facco

Mestre em Ciências Ambientais (Unochapecó). Professora de Geografia. Articuladora Pedagógica de Geografia na Secretaria Municipal de Educação do município de Chapecó-SC.

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 957-S, Centro. 89800000 – Chapecó - SC – Brasil.

E-mail: janetefacco@yahoo.com.br

Camila Fujita

Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). Professora universitária do Curso de Arquitetura e Urbanismo e Líder do grupo de pesquisa Cidade: Cultura, Urbanização e Desenvolvimento, da Unochapecó - Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

E-mail: camilafujita@onda.com.br

James Luiz Berto

Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. Professor universitário do curso de Agronomia e do Mestrado em Ciências Ambientais na Unochapecó.

Endereço: Avenida General Osório - 413 D - Edifício Mantelli, Centro. 89802210 – Chapecó - SC – Brasil.

E-mail: james@unochapeco.edu.br